
MONTREAL – WHOIS e Política de Proteção dos Dados
Domingo, 3 de Novembro de 2019 – 10h30 às 12h00 EDT
ICANN66 | Montreal, Canadá

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada. Vamos ter aqui, então, temos aqui os slides. A Laureen que vai falar.

LAUREEN KAPIN:

Bom dia. Eu vou falar sobre as questões que tem a ver com os PDPs expeditos, o EPDP, aliás. Temos um grupo de trabalho, que está conversando sobre a posição de substituição de dados de nomes de domínio e o WHOIS. Vamos mostrar, então, um pouco de antecedentes. Também, vamos falar um pouco sobre algumas propostas sobre as posições do GAC e também, algumas atualizações. Aqui, eu tenho meus excelentes colegas, Georgios e o Chris, que também vão falar sobre alguns dos desenvolvimentos desses assuntos. E se tiverem comentários, levantem a mão. E vamos respondê-los.

Vamos, então, fazer uma atualização sobre os dados da elaboração de políticas. Também, um cronograma, porque supostamente, é um processo expedito. E depois, vamos entrar nos detalhes sobre funções e responsabilidades sobre esse novo modelo. O engajamento da ICANN com as autoridades de proteção de dados e a relação entre a ICANN e as autoridades, o que é aceitável e não é aceitável, sob a nova lei de privacidade da União Europeia. Também, sobre credenciamento de autoridades públicas, que o GAC vai estar envolvido, particularmente, porque se vocês são os representantes de governos, que tem uma

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

função-chave em credenciar as autoridades públicas para ter acesso ao sistema WHOIS. E em geral, vamos falar sobre capacidades e autoridades públicas e de solicitar acesso a dados não-públicos e os próximos passos.

Então, aqui, temos as propostas para submeter a sua consideração, os passos que o GAC pode tomar, sobre essa questão tão importante. O GAC, nas suas recomendações e posições, sempre tem falado sobre a necessidade de fazer um progresso muito rápido. Essa tem sido a perspectiva do GAC, expressa no comunicado do GAC especialmente, E na declaração inaugural, Fase II, em Kobe. Especialmente, foi expressa a necessidade de ter um cronograma muito rápido para completar isso. E depois, terá a implementação feita [inaudível]. Esperamos que isso seja feito rapidamente, também. E no Comunicado de Kobe, também recomendamos que deveria haver algum tipo de trabalho paralelo sobre a implementação técnica e funcionamento técnico.

E por último, há outros processos de PDPs, que também deveriam ser reiniciados. Um exemplo específico está no Comunicado de Kobe e tem a ver com os serviços, a questão de credenciamento de proxy e privacidade, cuja implementação está pausada. Então, espero dar essa [inaudível] proxy são aqueles que oferecem serviços de privacidade para aqueles que não querem que as informações sobre eles sejam publicadas no WHOIS. Esse é um processo a fim e o GAC indicou que essa reimplantação deveria ser reiniciada.

Esses são alguns dos aspectos, que nós repetimos da Declaração de Kobe, no Comunicado de Kobe sobre as nossas expectativas. E, às vezes, vale a pena repetir alguns conceitos. E também, é para a sua consideração, seria prudente, discutir as expectativas sobre uma

implementação oportuna e rápida de um modelo de acesso unificado. Houve algumas implementações recentes propostas pela Organização da ICANN sobre essa questão, especialmente, sobre a boa vontade da ICANN de assumir responsabilidades. E houve uma proposta muito detalhada da ICANN sobre criar um modelo sobre a sua função-chave, como líder e também, para oferecer uma saída ou uma abertura para aqueles que quiserem entrar nesse processo, como um portal. Então, esse é um trabalho muito importante. Também, uma das tarefas da ICANN visa avisar as autoridades da União Europeia, fazer algumas propostas. Porque as autoridades [inaudível] de dados da União Europeia, a figura-chave que vai orientar sobre o que é apropriado ou não. Quanto as premissas, que a ICANN tem e sobre esse modelo, de novo, nossas expectativas sobre o tempo, os processos, sobre esse modelo de acesso unificado estão sendo desenvolvidos e implementados. É um grande desafio, especialmente, para as autoridades públicas, enquanto obter dados e informações não-públicas.

Também, vamos considerar o que se poderia ser um modelo de credenciamento aceitável, para que o GAC decida, para credenciar autoridades públicas. Vocês já tiveram um apanhado. Eu sei. Sobre esse documento conceitual para obter acesso a informações não públicos. E para isso, uma entidade deve passar por um processo formal. É necessário indicar que essa é uma entidade legítima, o que ela faz, etc. E alguns passos aqui, entra nesse processo de credenciamento. Chris, aqui, o meu colega dedicou muito tempo a esse tema. Depois, vamos discuti-lo mais em detalhes.

E brevemente, aqui, temos muita, muita história. Eu não quero que vocês fiquem cansados com tanto dado, mas os pontos destacados aqui, são que em 2007, o GAC determinou alguns princípios do WHOIS sobre os serviços do WHOIS, enquanto as gTLDs. Alguns deles são muito, muito pertinentes. E em 2017, os incluímos também no Comunicado de Abu Dhabi, para alcançar um balanço entre os dados de registro. E também, por outra parte, para servir... e tudo isso. Sempre, tentamos alcançar esse balanço. Não só privacidade, não só a lei, mas um equilíbrio entre todas essas partes. São questões, que estão sendo discutidas.

E houve propostas sobre um modelo de acesso unificado possível, que produziram muitos comentários. E se a luz da lei de privacidade, o sistema WHOIS atual foi suspenso. Ou eliminado, aliás. E houve mais especificação temporária, que foi implementada em lugar do WHOIS. E nos encontramos, então, nessa fase. Com essa especificação temporária, FASE I do PDP expedito, que já foi concluído. E agora, nos encontramos em um período intermédio, em que a Fase II está em andamento.

E quanto a especificação temporária, eu queria destacar que temos passado de um sistema em que todas as informações estavam disponíveis para todo o público policial, todos. Informações de contato, de quem está por trás de um nome de domínio. Já isso, já não é bem assim. Essas informações estão protegidas, de acordo as leis de privacidade da União Europeia, que tem muitos benefícios. Mas que também, tem algumas consequências indesejáveis. Como, por exemplo, que não há um único passo para o público em geral, autoridades públicas para ganhar acesso a essas informações. Não é

fácil, então, as partes contratadas. Antes, tinha a sua própria interpretação específica, o que seria, por exemplo, um acesso razoável aos dados não-públicos. Surgiram alguns desafios importantes para as forças da lei, especialmente, para saber a quem recorrer para obter informação e como fazer isso. É, por exemplo, as autoridades policiais. Eu fiquei sabendo que é um grande desafio obter informações sobre assuntos de alta importância, como a venda de opiáceos, que são assuntos de alta prioridade. E esse tipo de informação de alto nível, investigações de alto nível, de alguma maneira está sendo detida, por causa dos registrantes, que não querem divulgar essas informações que são consideradas privadas. São desafios.

E aqui, vamos discutir. Vamos ver como poder confrontar esses desafios. E, portanto, passo, agora, o microfone para Georgios, quem vai falar mais sobre os aspectos específicos do trabalho normativo, que estamos fazendo.

GEORGIOS TSELENTIS:

Próximo slide. A Laureen já falou sobre as diferentes fases e eu gostaria de lembrá-los aqui. A primeira parte foram as especificações temporárias, que são as políticas, que a ICANN estabeleceu antes do GDPR entrar em vigor. Então, foi a primeira tentativa de cumprir com a lei. A primeira fase começou em Agosto de 2018, foi até Fevereiro de 2019. E foi, então, estabelecido os alicerces das novas políticas. Eu quero lembrar, que é um processo de elaboração de políticas da GNSO. Então, fizemos, então, estabelecemos os alicerces para cumprir com o GDPR. E divulgamos um relatório, quer era só uma base, que foi aprovada inicialmente, pelo Conselho da GNSO e depois, pela Diretoria. A maior parte das recomendações foram aceitas e são a fundação para

a implementação das recomendações. Então, começamos depois, começamos o processo de implementação, que teria um prazo em Fevereiro de 2020. Mas estamos observando alguns atrasos na implementação ou na revisão da implementação. Agora, estamos na Fase II. E isso foi solicitado pela comunidade, já há muito tempo. Então, que seria um modelo de acesso e divulgação. Nós tínhamos, que primeiro, que acordar sobre as questões das políticas e depois, seria uma fase de implementação para ver como esse modelo poderia ser implementado.

Esse tipo de modelo... eu lembro que na Fase I, nós discutimos o objetivo para processar dados privados, que tipos de dados deveriam ser processados. E agora nessa fase, nós estamos vendo pelo lado de quem solicita as informações. Então, que tipo de solicitações, como é que o sistema vai responder, vai haver automação, que tipo de revelação de dados, se haverá identificação, credenciamento. Vamos ver os detalhes desse sistema de divulgação. Também, começamos a elaborar casos de uso específicos, logo no início dessa fase para ver o que é que os usuários fariam com os dados do WHOIS. Também, começamos, então, a ver quais são os aspectos legais para o processamento desses dados.

Aqui, nós temos um diagrama das diferentes fases, que falamos até agora. Então, temos as especificações temporárias, a Fase I e a Fase II da elaboração de políticas e a implementação. E ao mesmo tempo, há atividades paralelas, que fornecem informações para esse nosso processo de elaboração de políticas. É um mecanismo bastante complicado, porque quando nós discutimos as políticas, queremos saber se isso pode ser implementado, se tende as expectativas

daqueles que solicitam acesso e ao mesmo tempo, nós precisamos garantir que haja conformidade com a lei. Então, nós, inicialmente, houve iniciativas de um Grupo de Estudo Técnico, que já completou o seu trabalho. Então, esse Grupo de Estudos Técnicos, então, mostrou a comunidade, um possível modelo, levando em conta, várias pré-suposições. Então, como é que esse modelo de revelação, pode funcionar? E então, isso não quer dizer, que nós queremos direcionar as considerações de políticas do EPDP, mas queremos saber qual é a viabilidade e como isso pode ser implementado. E ao mesmo tempo, houve uma solicitação dos que estão observando a lei, as autoridades de proteção de dados.

Então, eu vou explicar isso, agora, nesse slide. E como eu disse, então, poderemos chegar ao melhor sistema possível e tentar satisfazer as solicitações de todos. Mas o que nós fazemos, ao mesmo tempo, precisa estar em conformidade com a legislação de proteção de dados. Esse Grupo de Estudos Técnicos também deveria verificar possíveis forma de responsabilização dos diferentes atores. Então, vamos usar um modelo centralizado para processar os dados. Esse grupo também viu questões de credenciamento e autenticação para a revelação de dados. Nós achamos que esse exercício foi muito útil. E algumas das pré-suposições foram utilizadas para elaborar outros modelos.

A ICANN tenta determinar quais são as implicações desse modelo, em relação responsabilização nesse tipo de sistema. Tentamos em várias ocasiões, discutir, dizendo que quando se há interação com as autoridades de proteção de dados, não se deve falar em mudança de responsabilização, mas indicar claramente quem é responsável pelo o que. Porque as autoridades demandam que os dados, os direitos do

proprietário de dados, os dados sejam respeitados. Então, várias pré-suposições foram discutidas. Nós achamos que modelo central ou centralizado, tem algumas características interessantes. Quanto a divulgação de dados pessoais, nós tentamos decodificar o que quer dizer um modelo centralizado. Isso não quer dizer, necessariamente, que todos os dados do WHOIS serão designados a uma entidade única, central, específica. Mas o que é importante esclarecer, onde é tomada a decisão de divulgação. O GDPR é uma legislação, eu lembro. E tem essa abordagem legal, jurídica, que analisa todas as atividades de processamento. Então, nós precisamos de uma base legal. Então, a ICANN Org enviou uma carta à autoridade de proteção de dados da União Europeia. Então, nós estabelecemos um grupo para discutir informalmente, antes de trazer ou colocar essa discussão na Plenária. E nós esperamos que isso seja discutido na próxima reunião, que deve ocorrer em Dezembro. Então, eu gostaria de passar a palavra para o meu colega, Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Muito obrigado, Georgios. Georgios disse ou falou sobre esses [inaudível] testes do modelo G. A lista vai ficando cada vez maior. E começa a ficar meio confuso até para nós, que estamos participando disso. Então, o que nós queremos saber, as atividades que ocorrem em cada estágio da solicitação dos dados, a coleta dos dados, a solicitação e como isso é divulgado. Então, como falamos de modelos e como é que o sistema poderia funcionar, dependendo do processo de elaboração de políticas. Sempre falamos dos processos e atividades, onde e quando isso ocorre. Então, quem vai ser responsável, qual é a entidade por essa atividade. Isso ainda deverá ser decidido e depende

de recomendações e das políticas elaboradas no EPDP. Esse slide mostra vários desses processos e atividades e como estão interligados. Isso é muito importante conhecer. Isso pode ser designado a uma ou mais entidades, que realiza essas atividades. Toda essa parte intermediária pode ser reunida e na última carta do DPA. Então, a pergunta seria, que foi para a autoridade de proteção de dados da União Europeia, é ter esse portal central.

Então, o que nós queremos destacar aqui é que não há uma decisão tomada sobre onde os dados serão armazenados, durante o trânsito. Então, se há um portal central, que mantém todos os dados. A responsabilidade é retirada das partes contratadas e permanece apenas nesse portal central. Há riscos nisso. E essa é uma das perguntas, que fizemos a autoridade de proteção de dados. E talvez, não. Na verdade, esse portal pode funcionar apenas como uma passagem para a solicitação de dados. E os dados são armazenados pelas partes contratadas. Então, os que realizam os aspectos de testes ou fazem, aplicam a salvaguarda, etc. Isso ainda não foi decidido. Só será feito isso no final do processo. Infelizmente, ainda, isso está muito indefinido. Então, acho que a gente não deve complicar ainda mais antes do final. Bem, Georgios, eu vou passar para você.

GEORGIOS TSELENTIS:

E como eu disse, há uma solicitação para que haja resposta das DPAs. A questão aqui, que a DPA não responde se não entende claramente o modelo. E talvez, mesmo assim, não respondam. Então, aqui temos a possibilidade de pré-suposições de diferentes cenários e isso está na carta, que a ICANN mandou para o Conselho de Proteção de Dados. Então, se tivermos um sistema centralizado, seria muito melhor para

proteger os interesses dos proprietários dos dados ou do sujeito dos dados. Então, esse ponto centralizado poderia, então, ser o ponto central, que seria responsabilizado e para onde se fariam queixas. Essa é a questão central, que foi feita pela ICANN para autoridade de proteção de dados. A noção de quem tem a responsabilidade da revelação dos dados, essa é uma grande discussão, que nós temos tido. É uma questão da decisão da revelação é o portal central, que libera os dados ou as partes contratadas, que coletaram os dados e transmitiram os dados para o portal. Então, para a analisar isso, nós temos que levar em consideração os papéis do controlador, dos processadores, que atividades de processamento, nós estamos falando. E precisamos entrar nos detalhes dessa transferência de dados. Estas são perguntas essenciais. Em todas as reuniões, nós discutimos isso. E seria muito útil, independente do modelo, tivéssemos informações sobre os atores desse modelo, as partes contratadas, a ICANN ou quem seria responsável pela revelação desses dados. E também, por outro lado, nós precisamos de uma avaliação jurídica, em relação a essas atividades de processamento. Então, volto para o Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

No Comunicado do GAC, então, estipulamos que apoiamos todas as entidades representadas no EPDP. E isso é muito importante nesse grupo. É manter a internet segura. Também, há necessidade de que as partes não-credenciadas possam fazer solicitação ao sistema. Então, essa é uma discussão importante. Eles mandam um e-mail, devem ser credenciados por essa única vez. Isso é muito importante no nosso trabalho do EPDP. Então, temos que dar acesso ou lidar com essa

questão do acesso de todos. Então, nós estamos ainda pensando nas funções essenciais de qualquer sistema.

E a última questão, é a questão do credenciamento. Então, só porque você é credenciado, não quer dizer que você tem acesso a todos os dados. Então, deve haver algumas salvaguardas estabelecidas para decidir se os dados devem ser divulgados ou não.

Próximo. Então, a parte difícil para o EPDP é o credenciamento de autoridades pública, que exigem um método diferente, um mecanismo diferente para obter o credenciamento em comparação com internet privada. As entidades públicas têm requisitos de confidencialidade nesses processos. A natureza dessas autoridades públicas é bem ampla, é tão leque. Não há uma única entidade para colher todas os dados. Isso é muito difícil. E, portanto, cada país deve poder zelar pela privacidade dos dados com as suas autoridades públicas. E compartilhamos um documento com vocês, no início da reunião. E que é um trabalho conceitual, que permite que cada país tenha seu próprio provedor de identidade, que ofereça algum grau de credenciamento, que pode ser um órgão governamental ou um órgão intergovernamental, como a Interpol, por exemplo. Isso depende de cada país. E isso permite, que cada país, determine seus próprios requisitos de elegibilidade para obter credenciamento e cada país, que determina isso. E realmente, precisamos proteger a capacidade, que tem cada país e seus órgãos de capacidade para fazer solicitações ao WHOIS. São dados importantes para investigações e também, a questão do momento certo para divulgar os dados e depende do controle dos dados. Isso é essencial no nosso trabalho, que nós temos feito. E no próximo slide, temos...

GEORGIOS TSELENTIS: É isso que nós fizemos. Foi a lição de casa, que tivemos que fazer a partir da última reunião. Uma lista de autoridades públicas, que requerem acesso a lista do WHOIS. E essas autoridades públicas também podem ter a tarefa de fazer solicitações, que tem a ver com delitos, com as forças policiais. também, para a proteção do consumidor e seria... Então, desculpem. Essa é uma lista que, sob a perspectiva pública, está muito interessado em quem tem dados privados. E também, como todo esse processo é feito, do ponto de vista legal. Então, a Comissão Europeia tem contactado e coordenado com os estados-membros da União Europeia, que identificassem as autoridades de implementação da lei, para não publicar os dados do WHOIS. E estamos tentando tentar determinar o espectro mais amplo possível sobre o que é exigido para obter esse tipo de informações. Vamos para o próximo. Acho que estamos já finalizando, Manal. Aqui, os próximos passos. Então, para o GAC..

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigado, Georgios, Laureen e Chris também. Quanto aos próximos passos, aqui, temos uma lista das sessões, que... uma lista das sessões durante a ICANN 66, que vão debater a questão do WHOIS e proteção dos dados. Hoje, por exemplo, há 13h30 , nós vamos nos reunir também com o Grupo de Partes Interessadas e Registros às 13h15. Também, temos uma sessão intercomunitária sobre o EPDP Fase II. Amanhã, às 10h30, como eu disse antes, esse é um dos assuntos propostos pelo GAC para uma sessão entre as diferentes comunidades para ver se elas estão de acordo. Também, o GAC sobre o WHOIS e proteção de dados, terça-feira, 8h30 da manhã. E essa é uma questão a

ser debatida pelo GAC. E hoje, apresentamos umas informações iniciais. E também, há discussões entre comunidades [inaudível] durante a semana. Essa é aqui vai ser uma sessão, um pouco de encerramento da nossa perspectiva, antes da nossa reunião com o Board. no mesmo dia, terça-feira às 3h30 da tarde. Então, é uma discussão que vai continuar durante a semana e depois, da Reunião em Montreal. Os membros do GAC vão ter que oferecer contribuições, opiniões sobre os princípios de credenciamento para autoridades públicas, considerar reunir uma lista de autoridades públicas e partes pertinentes, que exigem dados de registros não-públicos. E também, estamos esperando fazer um relatório inicial, Fase II do EPDP com comentários do GAC. E também, para os membros do GAC, que considerem fazer parte de um pequeno grupo do GAC sobre o GDPR e continuar com as deliberações sobre o EPDP. Que acho que temos alcançado o final da sessão. Algum comentário da sala aqui? A Índia pediu a palavra.

RAUL GOSAIN:

Muito obrigado. Eu sou o representante da Índia. De acordo com os sentimentos expressos pela Laureen e vale a pena repetir isso. E eu queria lembrar que o GAC ou a Diretoria da ICANN não podem garantir ou controlar os resultados finais. Porque o EPDP é um processo em andamento contínuo. Ele é da comunidade. Portanto, gostaríamos de repetir essas sugestões a serem consideradas pelo GAC. Depois, que o GAC poderia remetê-las ao Board da ICANN. E, portanto, precisamos garantir que o escopo das atividades da Fase II esteja bem definido para alcançar uma boa conclusão e implementação. Mas são passos necessários, que devemos tomar. E sem segundo lugar, também,

garantir com que a Fase II, o EPDP da GNSO, sigam um processo temporário. E terceiro, que comecem a e implementar os processos de implementação, de forma expedita. Muito obrigado.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada. E antes de concluir, me informaram que a Organização Internacional da Francofonia está solicitando falar para anunciar a reunião sobre francofonia. Eu não sei se eles estão aqui na sala. Se não for assim... Sim, pode falar.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA FRANCOFONIA: Muito obrigada, Sra. Presidente. Só para anunciar que os representantes da Associação Internacional da Francofonia são convidados para participar à uma reunião, Le Westin, L'hotel Westin em Montreal, de 12h15 às 13h15.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada. Desfrutem do almoço. Vamos voltar aqui na sala à 13h30. Muito obrigada.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]